

LEI Nº 477/2007.

Cria os cargos públicos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias para adequação à Emenda Constitucional nº 051/2006 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Chã Grande-PE, Estado de Pernambuco, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criados na estrutura da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Chã Grande-PE, os cargos de Agente Comunitário de Saúde - ACS e de Agente de Combate às Endemias - ACE, com vencimento básico, quantitativos, requisitos, atribuições e atividades definidas nos anexos I e II desta Lei.

Art. 2º - Os Agentes Comunitários de Saúde e os Agentes de Combate às Endemias sujeitar-se-ão ao Regime Jurídico Estatutário e terão jornada diária de 08 ( oito ) horas e semanal de 40 ( quarenta ) horas.

Art. 3º - A investidura nos cargos de Agente Comunitário de Saúde - ACS e Agente de Combate às Endemias - ACE depende das necessidades Municipais, a exclusivo critério da Administração, e tem por base a prévia aprovação em concurso público ou em processo seletivo público, de provas ou de provas e título, de acordo com a natureza e a complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para o exercício de suas atividades.

§ 1º - O edital processo seletivo público deverá ser divulgado, pelo menos uma vez e com antecedência mínima de vinte ( 20 ) dias da realização das provas, em jornal de circulação regional e na imprensa oficial do Estado, bem como em outros meios que ampliem a publicidade do certame.

§ 2º - O prazo de validade do processo seletivo será de no máximo dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

§ 3º - O edital do processo seletivo público para provimento do cargo de ACS - Agente Comunitário de Saúde deverá estabelecer a inscrição por área geográfica, previamente definida pelo Município, observando-se o seguinte.

I – A classificação dos aprovados no processo seletivos público deverá ser feita pela área geográfica, conforme opção feita pelo candidato no ato da inscrição, inclusive quanto à reserva técnica.

II – A admissão dos aprovados deverá obedecer rigorosamente à ordem de classificação por área.

§ 4º - Se adotada no processo seletivo público a modalidade de provas e títulos, esses deverão guardar pertinência as atividades desempenhadas e terá caráter meramente classificatório.

Art. 4º - Ficam dispensados de se submeter ao processo seletivo os ACS e ACE que, na data de promulgação da Emenda Constitucional nº 51, estivesse, sob qualquer vínculo jurídico, desempenhando as respectivas funções, e serão aproveitados nos cargos correspondentes, desde que tenham sido contratados a partir de anterior processo de seleção pública, efetuados por órgãos ou entes da administração direta do Estado de Pernambuco ou do Município, ou, ainda, por outras instituições, com efetiva supervisão da administração direta dos entes da federação.

§ 1º - O aproveitamento de que trata este artigo somente será efetivado por decreto a ser baixado pelo chefe do Poder Executivo, após a certificação da existência de processo de seleção pública anterior, realizada por comissão específica designada pelo Chefe do Poder Executivo local, e integrada por representantes da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º - Os servidores aproveitados na forma do caput deste artigo ficam dispensados de atender ao requisito de haver concluído o ensino fundamental.

Art. 5º - Aplicam-se aos ACS e ACE as demais disposições da EC 51/2006 e da Lei Federal nº 11.350/2006, no que couber.

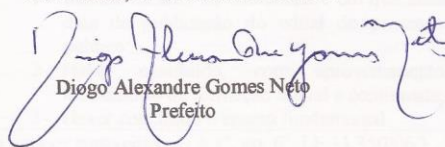
Art. 6º - No caso de haver esgotado a reserva técnica para o cargo de ACS em determinada área geográfica, poderá ser realizado o Processo Seletivo Público para a recomposição dessa reserva.

Art. 7º - Para a cobertura das despesas decorrentes da execução desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais de natureza suplementar ou especiais no orçamento do município, observados os regramentos da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 8º - Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a definir as áreas geográficas para atuação do ACS, observados os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Chã Grande, 24 de setembro de 2007.



Diogo Alexandre Gomes Neto  
Prefeito

ANEXO I

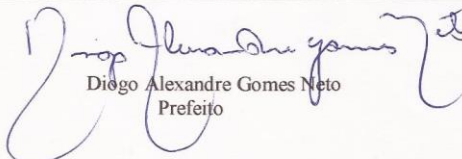
**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS**

<b>Quantitativo</b>	60
<b>Vencimento Básico</b>	R\$ 380,00

<b>Requisitos</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1- Residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital do processo seletivo público;</li><li>2- Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e</li><li>3- Haver concluído o ensino fundamental.</li></ol>
-------------------	--

(\*) dispensado o requisito para os aproveitados ( § 1º, art. 6º, LF 11.350/06 ).

<b>Atribuições</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1 – Exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal;</li><li>2 – Utilização de instrumentos para diagnósticos demográficos e sócio-cultural da comunidade;</li><li>3 – Promoção de ações de educação para saúde individual e coletiva;</li><li>4 – O registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;</li><li>5- O estímulo à participação da comunidade nas políticas Públicas voltadas para área da saúde;</li><li>6 – A realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família;</li><li>7 – Participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor de saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.</li></ol>
--------------------	--

  
Diogo Alexandre Gomes Neto  
Prefeito

ANEXO II

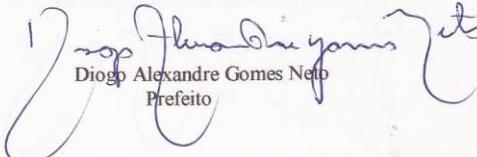
**AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS-ACE**

<b>Quantitativo</b>	20
<b>Vencimento Básico</b>	R\$ 380,00

<b>Requisitos</b>	1 - Haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuada; e 2 - Haver concluído o ensino fundamental.
-------------------	--

(\*) dispensado o requisito para os aproveitados ( § 1º, art. 6º, LF 11.350/06 ).

<b>Atribuições</b>	1 - Exercício de atividades de prevenção de endemias, mediante a notificação de focos endêmicos, vistoria e detecção de locais suspeitos, eliminação de focos, orientação gerais de saúde; 2 - Prevenção da matéria e da dengue, conforme orientação do Ministério da Saúde; 3 - Acompanhar, por meio de visita domiciliar todas as famílias sob sua responsabilidade, de acordo com as necessidades definidas pela equipe.
--------------------	---



Diogo Alexandre Gomes Neto  
Prefeito